

Luciano Figueiredo

Roberto Figueiredo

Manual de

DIREITO CIVIL

Volume único

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa e Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Imagem de capa: [shutterstock.com](https://www.shutterstock.com) – 668412136

F475m Figueiredo, Luciano.

Manual de Direito Civil - Volume Único / Luciano Figueiredo, Roberto Figueiredo – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

1.824 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5680-044-8.

1. Direito Civil. I. Figueiredo, Luciano. II. Figueiredo, Roberto. III. Título.

1178864

CDD 342.1

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PARTE I

PRESSUPOSTOS

CAPÍTULO I

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB	43
1. Noções Introdutórias e Funções da LINDB.....	43
2. Vigência Normativa.....	44
2.1. Princípio da Continuidade ou Permanência	49
2.2. Repristinação	53
3. Obrigatoriedade das Normas	55
4. Integração Normativa.....	56
4.1. Analogia.....	59
4.2. Costumes	60
4.3. Princípios Gerais do Direito	62
5. Interpretação Normativa.....	62
6. Aplicação da Lei no Tempo ou Direito Intertemporal.....	65
6.1. Direito Adquirido	65
6.2. Coisa Julgada	66
6.3. Ato Jurídico Perfeito.....	67
7. Eficácia da Lei no Espaço ou Direito Espacial.....	68
7.1. Estatuto Pessoal.....	69
7.2. Sucessão do Estrangeiro.....	71
7.3. Bens.....	72
7.4. Obrigações Internacionais	73
7.5. Pessoas Jurídicas Internacionais	74
7.6. Competência e Meios Probatórios	74
7.7. Sentenças Estrangeiras, Cartas Rogatórias, Divórcios e Laudos Periciais Estrangeiros podem ser Cumpridos no Brasil?	75
8. Interpretação pelos Agentes Públicos	77

CAPÍTULO II

TEORIA GERAL DO DIREITO	80
1. O Conceito do Direito	80
2. Direito, Moral e Poder.....	81
3. Direito Objetivo x Direito Subjetivo	81
4. Direito Positivo x Direito Natural.....	83
5. Os Braços do Direito Objetivo: Direito Público x Direito Privado.....	84
5.1. A Unificação do Direito e o Fim da <i>Summa Divisio</i>	86
6. Direito Potestativo.....	88
7. Fontes do Direito	89
7.1. Fontes Formais.....	89
7.2. Fontes Materiais.....	90
7.3. A Lei	90
8. Postulados, Políticas, Normas, Princípios e Regras	93
8.1. Os Postulados.....	94

PARTE GERAL**PARTE II****PARTE GERAL****CAPÍTULO I**

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL.....	96
1. Conceito	96
2. Objeto.....	96
3. Breves Notas Históricas	96
4. A Codificação do Direito Civil	97
5. O Código Civil de 1916.....	98
6. O Código Civil de 2002.....	99
7. Eticidade, Socialidade e Operabilidade	100
7.1. A Eticidade	101
7.2. A Socialidade	101
7.3. A Operabilidade.....	102
8. Direito Civil-Constitucional.....	102

CAPÍTULO II**PESSOA FÍSICA, NATURAL OU DE EXISTÊNCIA VISÍVEL..... 104**

1. Uma Noção Prévia: a Personalidade Jurídica.....	104
2. Pessoa Física ou Natural ou de Existência Visível: Conceito.....	104
2.1. Aquisição da Personalidade Jurídica pela Pessoa Natural.....	106
2.2. O Nascituro.....	108
2.2.1. Hipóteses Legais de Tutela dos Direitos do Nascituro.....	110
2.3. Natimorto.....	112
2.4. Capacidade.....	112
2.4.1. Capacidade de Direito.....	112
2.4.2. Capacidade de Fato.....	114
2.4.3. Teoria das Incapacidades.....	115
2.4.3.1. Incapacidade Absoluta.....	122
2.4.3.2. Incapacidade Relativa.....	123
3. Emancipação.....	126
4. Estado da Pessoa Física.....	129
5. Extinção da Pessoa Física ou Natural.....	129
5.1. Morte Real.....	130
5.2. Morte Presumida.....	130
5.2.1. Morte Presumida sem Declaração de Ausência.....	131
5.2.2. Com Procedimento de Ausência.....	131
5.3. Comoriência ou Morte Simultânea.....	134

CAPÍTULO III**PESSOA JURÍDICA..... 137**

1. Conceito.....	137
2. Natureza da Pessoa Jurídica e Teorias Explicativas.....	139
2.1. Teoria Negativista.....	139
2.2. Teorias Afirmativas.....	139
2.2.1. Teoria da Ficção.....	139
2.2.2. Teorias da Realidade.....	140
2.2.3. Teoria da Realidade Técnica ou da Realidade Jurídica (Geny, Saleilles, Ferrara).....	140
3. Surgimento da Pessoa Jurídica. Aquisição da Personalidade Jurídica.....	141
4. O que são Entes Despersonalizados?.....	144
5. Princípio da Separação ou Independência ou Autonomia.....	146

6.	Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica (“Disregard Doutrine” ou “Disregard of Legal Entity”)	147
6.1.	Disciplina no Código Civil	149
6.2.	Regras Específicas da Desconsideração nos Demais Ramos do Direito Brasileiro	155
6.3.	Observações Finais sobre a Desconsideração.....	158
6.4.	O Código de Processo Civil e a Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica.....	160
7.	Representação da Pessoa Jurídica	162
8.	Classificação da Pessoa Jurídica.....	163
8.1.	Quanto à Nacionalidade: Nacional ou Estrangeira	163
8.2.	Quanto à Atividade Executada ou Funções.....	164
8.2.1.	Pessoas Jurídicas de Direito Público	164
8.2.2.	Pessoas Jurídicas de Direito Privado	166
8.2.2.1.	Quanto à Estrutura Interna	167
8.2.2.1.1.	Corporações (<i>Universitas Personarum</i>).....	167
8.2.2.1.2.	Fundações (<i>Universitas Bonorum</i>).....	175
9.	Empresas Individuais de Responsabilidade Ltda	178
10.	Extinção da Pessoa Jurídica.....	180

CAPÍTULO IV

DIREITOS DA PERSONALIDADE	181	
1.	Introdução	181
2.	Conceito	182
3.	Características	188
3.1.	Indisponíveis.....	188
3.2.	Absolutos	190
3.3.	Extrapatrimoniais.....	190
3.4.	Inatos.....	190
3.5.	Imprescritíveis.....	191
3.6.	Vitalícios.....	191
4.	Tutela Processual	194
4.1.	Tutela Preventiva.....	194
4.2.	Tutela Repressiva.....	194
4.3.	Mecanismos Específicos de Tutela Aplicáveis aos Direitos da Personalidade.....	195
5.	Classificação.....	200
5.1.	Pilar da Integridade Física	201

5.2.	Integridade Psíquica ou Moral.....	214
5.2.1.	Imagem	214
5.2.2.	Vida Privada ou Privacidade.....	225
5.2.2.1.	Proteção de Dados.....	227
5.2.3.	Honra.....	229
5.2.4.	Nome	229
5.3.	Integridade Intelectual	232
5.3.1.	A Distinção Entre Direitos Autorais e Propriedade Industrial.....	233
5.3.2.	A Propriedade Industrial	235
5.3.3.	Direitos Autorais.....	238
6.	Direito da Personalidade da Pessoa Jurídica	239

CAPÍTULO V

DOMICÍLIO	244	
1.	Introdução, Natureza Jurídica e Visão no Código Civil de 2002.....	244
2.	Domicílio da Pessoa Natural.....	247
2.1.	O Conceito	247
2.1.1.	Domicílio Pessoal	247
2.1.2.	Domicílio Profissional da Pessoa Natural	249
2.1.3.	Domicílio Aparente ou Ocasional	249
3.	Domicílio da Pessoa Jurídica.....	250
3.1.	O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Privado.....	250
3.2.	O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Público.....	251
4.	Classificação do Domicílio	252

CAPÍTULO VI

BENS JURÍDICOS	256	
1.	Introdução	256
1.1.	Distinção Entre Bens e Coisas.....	256
1.2.	Distinção Entre Patrimônio Objetivo e Subjetivo.....	257
1.3.	Conceito de Bens Jurídicos.....	258
2.	Classificação dos Bens	258
2.1.	Bens Considerados em si Mesmos	259
2.1.1.	Imóveis.....	259
2.1.2.	Móveis.....	261
2.1.3.	Fungíveis e Infungíveis.....	263
2.1.4.	Consumíveis e Inconsumíveis	264

2.1.5.	Divisíveis e Indivisíveis	264
2.1.6.	Singulares e Coletivos	265
2.2.	Bens Reciprocamente Considerados	266
2.3.	Bens Públicos e Particulares.....	270

CAPÍTULO VII

TEORIA DO FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO 274

1.	Fato Jurídico x Fato Material	274
1.1.	Classificação dos Fatos Jurídicos.....	275
1.1.1.	Fatos Naturais (ou Fato Jurídico em Sentido Estrito ou <i>Stricto Sensu</i>)	275
1.1.2.	Fatos Humanos ou Ato Jurídico.....	276
2.	Negócios Jurídicos.....	280
2.1.	Plano de Existência	282
2.2.	Plano de Validade.....	283
2.2.1.	Teoria das Invalidades ou das Nulidades	286
2.2.2.	Princípio da Conservação dos Atos e Negócios Jurídicos.....	296
2.3.	Plano de Eficácia.....	299
3.	Classificação	306
3.1.	Quanto à Declaração de Vontade	306
3.2.	Quanto ao Benefício Alcançado	306
3.3.	Quanto à Duração do Negócio.....	307
3.4.	Quanto à Forma.....	308
3.5.	Quanto à Causa	308
3.6.	Quanto ao Alcance dos Efeitos do Negócio	309
4.	Representação no Negócio Jurídico	309
4.1.	Representação Direta e Indireta.....	309
4.2.	Representação Convencional e Legal	310
4.3.	Anulação por Conflito de Interesses	312
5.	Defeitos ou Vícios do Negócio Jurídico	312
5.1.	Vícios de Consentimento	313
5.2.	Vícios Sociais	329
6.	Negócios Jurídicos Processuais.....	338

CAPÍTULO VIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 345

1.	Noções Introdutórias.....	345
----	---------------------------	-----

2.	Prescrição Como Ato-Fato Jurídico: Conceito e Requisitos.....	347
2.1.	Prescrição Aquisitiva e Extintiva.....	353
2.2.	Normas Gerais sobre a Prescrição.....	354
2.3.	Prazos Prescricionais.....	359
2.4.	Prescrição Intercorrente.....	367
2.5.	Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptivas da Prescrição.....	368
2.6.	Lembretes Finais sobre Prescrição.....	376
2.7.	Prescrição e Institutos Afins.....	377
3.	Decadência (Ou Caducidade): Conceito, Objeto e Efeitos.....	378
3.1.	Importantes Observações Correlatas.....	380
4.	Direito Intertemporal.....	381
5.	Diferenças Entre Prescrição e Decadência.....	382

CAPÍTULO IX

PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	384
1. Introito.....	384
2. Prova e Forma: Qual a Relação Jurídica Entre Os Institutos?.....	386
3. Meios de Prova: Tratamento no Código Civil de 2002.....	387
4. Confissão.....	390
5. Documento.....	391
6. Testemunha.....	396
7. Presunções.....	399
8. Perícias.....	400

PARTE ESPECIAL

PARTE III

OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	404
1. Importância, Conceito e o Processo Obrigacional.....	404
2. Relações Patrimoniais.....	407
2.1. Zona de Confluência: Obrigações <i>Propter Rem</i> , Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real.....	412

3.	Distinção dos Direitos da Personalidade	415
4.	Terminologias Importantes.....	417
4.1.	Dever Jurídico.....	417
4.2.	Estado de Sujeição.....	418
4.3.	Responsabilidade.....	418
4.4.	Ônus Jurídico	419

CAPÍTULO II

ESTRUTURA OU ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA OBRIGAÇÃO..... 420

1.	Estrutura ou Elementos Constitutivos da Obrigação	420
1.1.	Elemento Subjetivo ou Pessoal da Obrigação: Sujeitos da Relação Obrigacional....	420
1.2.	Elemento Objetivo ou Material da Obrigação: a Prestação	422
1.3.	Elemento Imaterial, Virtual ou Espiritual da Obrigação: Vínculo Jurídico.....	423
2.	A Causa nas Obrigações	427
3.	Fonte das Obrigações	428
3.1.	Fontes Históricas do Direito Romano	428
3.2.	Fontes Modernas das Obrigações	429
3.3.	Fontes Contemporâneas das Obrigações.....	430

CAPÍTULO III

CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 431

1.	Nota Introdutória.....	431
2.	Classificação das Obrigações Consideradas em si Mesmo: Obrigações Morais, Civis e Naturais	431
3.	Classificação Quanto ao Objeto. Também Chamada de Classificação Básica das Obrigações	433
3.1.	Obrigação de dar (<i>Obligatio Ad Dandum</i>)	433
3.1.1.	Obrigação de dar Coisa Certa	434
3.1.2.	Obrigação de dar Dinheiro (Pecuniária).....	438
3.1.3.	Obrigação de dar Coisa Incerta ou Genérica	439
3.2.	Obrigação de Fazer (<i>Obligatio Ad Faciendum</i>)	440
3.3.	Obrigação de Não Fazer (<i>Obligatio Ad Non Faciendum</i>)	445
4.	Classificação Quanto à Presença dos Elementos Obrigacionais	447
4.1.	Obrigações Compostas pela Multiplicidade de Objetos.....	447
4.2.	Obrigações Compostas pela Multiplicidade de Sujeitos	449
5.	Classificação Quanto à Divisibilidade do Objeto.....	454

6. Classificação Quanto ao Fim: Obrigações de Meio, Resultado e Garantia.....	455
7. Classificação Quanto à Liquidez.....	457
8. Classificação Quanto à Presença do Elemento Acidental.....	459
9. Classificação Quanto à Dependência.....	460
10. Classificação Quanto ao Momento de Cumprimento.....	460

CAPÍTULO IV

DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO DIRETO)	461
1. Nota Introdutória: Natureza Jurídica e Requisitos de Validade do Pagamento	461
2. Elementos Subjetivos do Adimplemento.....	463
2.1. Quem Deve Pagar (<i>Solvens</i>)?.....	463
2.2. A Quem Pagar (<i>Accipiens</i>)?	466
3. Elementos Objetivos do Pagamento	469
3.1. Do Objeto do Pagamento	469
3.2. Da Prova do Pagamento	472
3.3. Do Lugar do Pagamento	474
3.4. Do Tempo do Pagamento.....	476

CAPÍTULO V

AINDA SOBRE O ADIMPLEMENTO E A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO INDIRETO)	478
1. Nota Introdutória.....	478
2. Consignação em Pagamento	479
2.1. Quando é Possível o Uso da Consignação em Pagamento?	479
2.2. Procedimento da Consignatória	482
2.2.1. Consignação Extrajudicial ou Bancária	482
2.2.2. Consignação Judicial em Pagamento.....	484
3. Imputação em Pagamento	485
4. Pagamento Com Sub-Rogação	488
5. Dação em Pagamento	491
6. Novação	493
6.1. Novação Objetiva ou Real.....	495
6.2. Novação Subjetiva ou Pessoal (Ativa, Passiva ou Mista)	496
6.3. Novação Mista	497
7. Compensação.....	497

8. Confusão.....	500
9. Remissão	502

CAPÍTULO VI

A CRISE DAS OBRIGAÇÕES: TEORIA DO INADIMPLEMENTO 505

1. A Crise Obrigacional e a Dignidade da Pessoa Humana	505
1.1. A Superação da Prisão Civil e a Súmula Vinculante 25.....	506
1.2. Inadimplemento Absoluto x Inadimplemento Relativo	509
1.2.1. A Teoria da Substantial Performance e a Resolução por Inadimplemento....	510
3. Mora	512
3.1. Mora do Devedor (<i>Solvendi</i>).....	513
3.2. Mora do Credor (<i>Accipiendi</i>)	513
3.3. Constituição em Mora	514
3.4. Purgação (Emenda) da Mora.....	516
3.5. Violação Positiva do Contrato (Adimplemento Ruim ou Insatisfatório)	517
4. Juros.....	518
4.1. Juros de Mora	518
4.2. Juros Compensatórios	520
5. Cláusula Penal (Multa Contratual ou Pena Convencional)	523
6. Arras ou Sinal.....	529

CAPÍTULO VII

TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES 533

1. Introdução	533
2. Cessão de Crédito.....	534
3. Assunção de Dívida ou Cessão de Débito.....	541
4. Cessão de Posição Contratual	545

PARTE IV

RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL..... 550

1. Introdução	550
2. A História da Responsabilidade Civil.....	551

2.1.	Fase Pré-Romana.....	552
2.2.	Fase Romana.....	552
2.3.	Direito Francês.....	553
2.4.	O Direito Português.....	553
2.5.	O Direito Brasileiro.....	554
3.	A Natureza Jurídica	555
4.	Função	555
5.	Fundamentos	556
6.	A Culpa.....	557
7.	Conceitos Básicos	557
7.1.	Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Moral.....	557
7.2.	A Responsabilidade Jurídica: Responsabilidade Civil e Penal	558
7.3.	Responsabilidade Contratual e Extracontratual	560
7.4.	Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva	561
7.5.	Responsabilidade Civil por Ato Lícito e Ilícito	562
7.6.	A Responsabilidade Pressuposta	564

CAPÍTULO II

ELEMENTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	566	
1.	Introdução	566
2.	Conduta Humana	567
3.	Dano ou Prejuízo	568
3.1.	Requisitos Configuradores do Dano.....	570
3.2.	O Dano Patrimonial ou Material	571
3.3.	A Perda de uma Chance	574
3.4.	O Dano Extrapatrimonial ou Imaterial	576
3.5.	Dano Estético	584
3.6.	Dano Reflexo, Oblíquo ou Ricochete.....	584
3.7.	Danos Coletivos, Difusos e Interesses Individuais Homogêneos	585
3.8.	Responsabilidade Civil pela Perda do Tempo Livre ou Desvio Produtivo de Consumo.....	586
4.	Nexo de Causalidade	589
4.1.	Teoria da Equivalência das Condições ou do Histórico dos Antecedentes ou da <i>Conditio Sine Qua Non</i>	590
4.2.	Teoria da Causalidade Adequada	591
4.3.	Teoria da Causalidade Direta ou Imediata	591

4.4. Qual a Teoria Adotada pelo Código Civil?.....	592
4.5. Concausas ou Concausalidade ou Causalidade Múltipla ou Causalidade Comum	593

CAPÍTULO III

EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL 596

1. Conceito e Objeto de Estudo	596
2. Estado de Necessidade.....	597
3. Legítima Defesa.....	599
4. Exercício Regular de Direito.....	601
5. Caso Fortuito e Força Maior.....	603
6. Culpa Exclusiva ou Fato Exclusivo da Vítima	606
7. Fato de Terceiro	608
8. Cláusula de Não Indenizar	611

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E OBJETIVA 614

1. Responsabilidade Civil Subjetiva	614
1.1. O Dolo e a Culpa.....	615
1.1.1. Modalidades de Culpa	615
1.2. As Hipóteses de Responsabilidade Civil Subjetiva no Código.....	618
1.2.1. Incapaz	618
1.2.2. Credor de Dívida Não Vencida ou Já Paga (Cobrança Indevida)	620
1.2.3. Homicídio e Incapacidade Laboral.....	621
1.2.4. Ofensa à Saúde	623
1.2.5. Usurpação ou Esbulho.....	626
1.2.6. Injúria, Difamação ou Calúnia.....	627
1.2.7. A Lei Federal Nº 13.188/15 e o Direito de Resposta.....	629
1.2.8. Lei de Bullying (Lei Federal 13.185/15).....	631
1.2.9. Ofensa à Liberdade Pessoal	632
2. Responsabilidade Civil Objetiva	633
2.1. O Advento da Teoria do Risco Na Atual Codificação	635
2.2. Hipóteses de Responsabilidade Civil Objetiva no Código	635
2.2.1. A Responsabilidade Civil dos Empresários e das Empresas	635
2.2.2. A Responsabilidade Civil por Ato de Terceiro	637
2.2.3. A Responsabilidade Civil por Fato do Animal e por Fato da Coisa.....	642

CAPÍTULO V

EFEITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	647
1. Noções Gerais	647
2. A Relação de Trabalho	648
2.1. A Relação de Emprego	648
3. Desdobramentos Juslaborais da Responsabilidade Civil	651
3.1. Responsabilidade Civil do Empregador ou Comitente por Atos dos Seus Empregados, Serviçais ou Prepostos.....	652
3.2. Responsabilidade Civil do Empregado, Serviçal ou Preposto em Face do Empregador ou Comitente.....	653
3.3. Responsabilidade Civil do Empregador por Dano ao Empregado (Não pelo Empregado).....	654
3.4. Responsabilidade Civil Decorrente de Acidente do Trabalho	655
3.5. Responsabilidade Civil em Relações Triangulares de Trabalho (Terceirização).....	656
3.6. O Assédio Moral	658
4. Incapacidade Laboral e Pensionamento Ressarcitório.....	658

PARTE V**CONTRATOS*****(Teoria Geral e Contratos em Espécie)*****TEORIA GERAL DOS CONTRATOS****CAPÍTULO I**

O UNIVERSO DOS CONTRATOS	662
1. A Importância dos Contratos e a Sua Evolução Histórica	662
2. O Conceito e a Natureza Jurídica dos Contratos. o Diálogo das Fontes.....	665
3. Distinções Terminológicas	670
4. A Visão Geral dos Contratos no Código Civil	670
5. A Forma e a Prova dos Contratos.....	671

CAPÍTULO II

OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	674
1. Introdução: o Estado Principiológico.....	674
2. Princípio da Autonomia. da Autonomia da Vontade à Autonomia Privada	676
3. Princípio do Relativismo ou da Relatividade dos Efeitos do Contrato.....	685

3.1.	Estipulação em Favor de Terceiros ou Contrato em Favor de Terceiro.....	687
3.2.	Promessa de Fato de Terceiro, Contrato por Terceiro ou Contrato por Outrem	691
3.3.	Contrato Com Pessoa a Declarar ou a Nomear.....	694
3.4.	Contrato Com Eficácia Protetiva Para Terceiros e Teoria do Contrato Social	697
4.	Princípio da Força Obrigatória, Intangibilidade ou Força Vinculante dos Contratos. o <i>Pacta Sunt Servanda</i>	697
4.1.	Teoria da Imprevisão e Análise da Onerosidade Excessiva	699
5.	Princípio da Boa-Fé.....	710
5.1.	Conceitos Parcelares da Boa-Fé Objetiva	720
5.1.1.	<i>Nemo Potest Venire Contra Factum Proprium.</i> a Proibição do Comportamento Contraditório	720
5.1.2.	<i>Supressio e Surrectio</i>	722
5.1.3.	<i>Tu Quoque</i>	725
5.1.4.	<i>Exceptio Doli</i>	726
5.1.5.	Cláusula de Stoppel ou de Estoppel	727
5.1.6.	<i>Duty To Mitigate The Own Loss</i>	727
5.1.7.	Narchfrist	728
6.	Princípio da Função Social dos Contratos. a Tutela Interna e Externa do Crédito	729
7.	Princípio da Equivalência Material ou da Justiça Contratual.....	738

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO DOS CONTRATOS 741

1.	A Importância dos Contratos e a Sua Evolução Histórica	741
2.	Tratativas, Negociações Preliminares ou Fase de Pontuação (<i>Pontuazione</i>).....	742
3.	Proposta, Oferta ou Policitização	746
4.	Aceitação ou Oblação	754

CAPÍTULO IV

A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS..... 761

1.	Noções Introdutórias.....	761
2.	Regras de Interpretação	762

CAPÍTULO V

CONTRATO PRELIMINAR..... 772

1.	Introdução, Conceito e Natureza Jurídica.....	772
2.	Disciplina Jurídica no Vigente Código Civil.....	775

3. Classificação do Contrato Preliminar.....	777
4. É Possível a Promessa de Doação?.....	779
5. A Promessa de Compra e Venda de Imóveis e o Direito Real de Aquisição.....	786

CAPÍTULO VI

VÍCIOS REDIBITÓRIOS 797

1. Conceito e Elementos Caracterizadores	797
2. Tutela Jurídica do Lesado	801

CAPÍTULO VII

EVICÇÃO 810

1. Conceito, Fundamento e Personagens	810
2. Requisitos Configuradores da Evicção	812
3. Direitos do Evicto	819
4. Como Exercitar a Prerrogativa da Evicção?	823

CAPÍTULO VIII

A EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO (*EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS*)..... 828

1. Introdução, Conceito e Natureza Jurídica.....	828
2. Elementos Caracterizadores	833
3. Restrição da Aplicação do Instituto.....	833
4. Exceção de Reforço de Garantia	835

CAPÍTULO IX

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS..... 838

1. Introdução	838
2. Sistematização do Tema.....	839
3. Extinção Natural (Normal) dos Contratos.....	839
4. Extinção Anormal dos Contratos.....	841
4.1. Extinção Anormal por Causa Anterior ou Contemporânea à Formação do Contrato.....	841
4.2. Extinção Anormal por Causa Superveniente à Formação dos Contratos.....	844
4.2.1. Resilição	844
4.2.2. Resolução-	851
4.2.3. Rescisão	858
4.2.4. O Distrato Imobiliário.....	859

CAPÍTULO X

O DIREITO INTERTEMPORAL E OS CONTRATOS.....	867
--	------------

PARTE V**CONTRATOS EM ESPÉCIE****CAPÍTULO I**

COMPRA E VENDA	876
1. Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica	876
2. Elementos da Compra e Venda.....	880
2.1. Consentimento	880
2.1.1. Venda de Ascendente Para Descendente.....	881
2.1.2. Venda de Imóvel por Pessoa Casada: Outorga Conjugal.....	884
2.1.3. Venda Entre Cônjuges	888
2.1.4. Venda de Bem Condominial e Venda de Fração Ideal de Condomínio....	889
2.1.5. Nulidade da Venda Realizada por Administrador de Bens Alheios.....	891
2.2. Preço.....	893
2.3. Coisa.....	896
3. Efeitos Principais da Compra e Venda	898
3.1. Vícios Redibitórios.....	899
3.2. Perda ou Deterioração da Coisa.....	899
3.3. Despesas Com a Tradição e Com o Registro Civil	900
4. Situações Especiais de Compra e Venda.....	901
4.1. Venda por Amostras	901
4.2. <i>Venda Ad Corpus e Venda Ad Mensuram</i>	902
5. Cláusulas Especiais (Adjetas) Na Compra e Venda.....	903
5.1. Retrovenda.....	903
5.2. Venda à Contento e Venda Sujeita à Prova	906
5.3. Preempção ou Preferência Convencional	907
5.4. Venda Com Reserva de Domínio	908
5.5. Venda sobre Documentos.....	909
5.6. Venda de Coisas Conjuntas	909
6. Venda de Bens Públicos	909

CAPÍTULO II**TROCA OU PERMUTA (Escambo, Barganha ou Permutação) 911**

1. Conceito, Classificação e Natureza Jurídica 911
2. Sujeitos e Objeto 912
3. Regime Jurídico: Aplicação Subsidiária das Normas da Compra e Venda 912

CAPÍTULO III**CONTRATO ESTIMATÓRIO 915**

1. Conceito e Histórico 915
2. Modalidade Obrigacional: Obrigação Alternativa ou Facultativa? 920
3. Características 922
4. Regras Específicas 923

CAPÍTULO IV**DOAÇÃO 928**

1. Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica 928
 - 1.1. O Problema da Aceitação 930
2. Objeto da Doação 931
3. Promessa de Doação 932
4. Espécies de Doação 933
5. Restrições Legais 945
6. Da Extinção do Contrato de Doação: Hipóteses Gerais e Hipóteses Específicas 946
 - 6.1. Revogação por Descumprimento de Encargo 946
 - 6.2. Revogação por Ingratidão do Donatário 947

CAPÍTULO V**LOCAÇÃO DE COISAS 949**

1. Nota Introdutória: Conceito, Elementos e Natureza Jurídica 949
2. Obrigações do Locador 951
3. Obrigações do Locatário 955
4. Locação por Tempo Determinado 956
5. A Alienação do Bem Durante a Locação 958
6. A Morte dos Contratantes 960
7. Legislação Extravagante: Locação de Imóveis Urbanos 960
 - 7.1. Incidência da Norma 961

7.2.	A Solidariedade e a Sublocação.....	962
7.3.	O Prazo de Vigência do Contrato e a Vênia Conjugal.....	962
7.4.	As Hipóteses de Desfazimento do Contrato e As Situações em que o Contrato Não Será Extinto.....	963
7.5.	O Aluguel	964
7.6.	Obrigações do Locador	964
7.7.	Obrigações do Locatário.....	965
7.8.	Direito de Preferência.....	967
7.9.	As Benfeitorias	968
7.10.	Garantias Locatícias	968
7.11.	Penalidades Criminais e Cíveis.....	970
7.12.	Locação Residencial	970
7.13.	Locação Para Temporada.....	971
7.14.	Locação Não Residencial. a Renovação Compulsória.....	971
7.15.	Aspectos Processuais.....	973
8.	Extinção da Locação.....	979

CAPÍTULO VI

EMPRÉSTIMO..... 981

1.	Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica	981
2.	Do Comodato e Seu Regime Jurídico	982
2.1.	Caracteres do Contrato de Comodato	987
2.2.	Dos Direitos e Deveres do Comodatário	988
2.3.	Dos Direitos e Deveres do Comodante	989
2.4.	Extinção do Comodato	990
3.	Do Mútuo e do Seu Regime Jurídico.....	990
3.1.	Mútuo Feneratício (Oneroso).....	991
3.2.	Extinção do Mútuo	992

CAPÍTULO VII

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS..... 993

1.	Nota Introdutória: Direito do Trabalho x Direito Civil. o Art. 114 da Cf e o Art. 593 do Cc. Conceito e Natureza Jurídica da Prestação de Serviço.....	993
2.	O Objeto da Prestação de Serviço.....	995
3.	A Forma e a Assinatura a Rogo	996

4. A Retribuição (Remuneração, Preço, Honorários, Soldadas ou Salário): Fixação e Momento do Pagamento.....	997
5. A Duração do Contrato e a Possibilidade de Renovação	999
6. A Extinção do Contrato	999

CAPÍTULO VIII

EMPREITADA..... 1003

1. Nota Introdutória. Conceito, Sujeitos e Natureza Jurídica da Empreitada.....	1003
2. Modalidades de Empreitada	1006
2.1. Empreitada de Trabalho	1006
2.2. Empreitada Mista ou de Materiais.....	1008
2.3. Empreitada por Administração.....	1008
2.4. <i>Engineering</i>	1008
3. A Conclusão da Obra e a Responsabilidade Civil.....	1009
4. Do Preço da Empreitada.....	1011
5. Extinção da Empreitada.....	1014

CAPÍTULO IX

MANDATO..... 1016

1. Nota Introdutória: Conceito, Natureza Jurídica e Diferença Entre Mandato e Procuração ...	1016
2. Mandato Expresso x Mandato Tácito.....	1019
3. Classificação	1020
3.1. Quanto à Origem: Mandato Legal, Judicial e Convencional.....	1020
3.2. Quanto à Remuneração.....	1020
3.3. Quanto aos Sujeitos	1021
3.4. Quanto à Forma.....	1022
3.5. Quanto aos Poderes: Geral e Especial	1023
4. O Mandato no Plano da Eficácia.....	1023
4.1. Atos Praticados por Quem Não Tenha Mandato	1024
4.2. Os Atos Praticados pelo Mandatário em Nome Próprio (E Não em Nome do Mandante)	1024
4.3. O Direito de Retenção	1024
4.4. O Exercício em Excesso dos Poderes do Mandato.....	1025
4.5. A Legitimação Para Celebrar Mandato	1025
4.6. Substabelecimento.....	1025
5. Mandato Judicial.....	1026

6.	Das Obrigações do Mandatário	1028
7.	Das Obrigações do Mandante	1030
8.	Irrevogabilidade do Mandato.....	1032
8.1.	A Irrevogabilidade Relativa ou Mitigada pela Autonomia Privada.....	1032
8.2.	A Irrevogabilidade Absoluta ou Imposta por Norma de Ordem Pública	1032
9.	Da Extinção do Mandato	1033

CAPÍTULO X

COMISSÃO 1035

1.	Histórico e Conceito	1035
2.	Remuneração	1037
3.	Diferenciações Relevantes.....	1038
3.1.	Contrato de Comissão <i>Versus</i> Contrato de Mandato.....	1038
3.2.	Contrato de Comissão <i>Versus</i> Contrato de Agência e Distribuição.....	1039
3.3.	Contrato de Comissão <i>Versus</i> Contrato de Corretagem	1039
3.4.	Contrato de Comissão <i>Versus</i> Contrato Estimatório	1039
3.5.	Contrato de Comissão <i>Versus</i> Contrato de Franquia.....	1039
4.	Direitos e Deveres do Comissário	1040
5.	Direitos e Deveres do Comitente.....	1043
6.	Extinção	1043

CAPÍTULO XI

AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO 1045

1.	Histórico e Conceito	1045
2.	Traços Marcantes do Contrato de Agência.....	1049
3.	Traços Marcantes do Contrato de Distribuição.....	1049
4.	Extinção do Contrato.....	1053

CAPÍTULO XII

CORRETAGEM..... 1055

1.	Histórico e Conceito	1055
2.	Sujeitos do Contrato de Corretagem.....	1057
3.	Características do Contrato de Corretagem	1059
4.	Direitos e Deveres do Corretor	1061
5.	Remuneração do Corretor	1064
6.	Extinção do Contrato de Corretagem	1068

CAPÍTULO XIII**TRANSPORTE 1069**

1. Introdução: Histórico e Importância do Tema 1069
2. Conceito e Natureza Jurídica 1070
3. Espécies de Transporte 1076
4. Disposições Gerais do Contrato de Transporte 1077
5. Transporte de Pessoas 1079
6. Transporte de Coisas ou de Mercadorias 1089
7. Direitos e Deveres do Transportador 1093
8. Direitos e Deveres do Passageiro 1095

CAPÍTULO XIV**CONSTITUIÇÃO DE RENDA 1096**

1. Conceito 1096
2. Características 1097
3. Da Vigência da Constituição de Renda 1099
4. Um Específico Regramento de Nulidade 1099
5. Do Direito e Obrigações dos Contratantes 1100
6. Hipóteses de Extinção 1100

CAPÍTULO XV**FIANÇA 1101**

1. Notas Introdutórias: Conceito e Características 1101
2. Espécies de Fiança 1107
3. Requisitos Subjetivos e Objetivos da Fiança Convencional 1107
4. Efeitos da Fiança 1111
 - 4.1. Benefício de Ordem ou Excussão 1111
 - 4.2. Fiança Conjunta – Também Chamada de Coletiva ou Cofiança – e o Benefício de Divisão 1112
 - 4.3. Sub-Rogação Legal 1114
 - 4.4. Direito de Execução do Fiador em Virtude de Credor Desidioso 1115
5. Extinção ou Exoneração da Fiança 1115

PARTE VI**REAIS****CAPÍTULO I****INTRODUÇÃO AOS DIREITOS REAIS 1120**

1. A Constitucionalização dos Direitos Reais e o Seu Conceito..... 1120
2. Relações Patrimoniais: Direitos Reais x Direitos Obrigacionais..... 1124
 - 2.1. Zona de Confluência: Obrigações Propter Rem, Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real 1128
 - 2.2. Distinção Entre Direitos Obrigacionais, Reais e da Personalidade..... 1131
3. A Classificação dos Direitos Reais..... 1133

CAPÍTULO II**POSSE..... 1135**

1. Nota Introdutória. por que Proteger a Posse? 1135
2. Teorias Explicativas 1136
3. Mas Afinal, o que é a Posse?..... 1139
4. Posse *Versus* Detenção..... 1143
5. A Aquisição da Posse 1147
6. A Perda da Posse..... 1150
7. Classificação da Posse 1151
 - 7.1. Posse Direta *Versus* Posse Indireta. Os Desdobramentos da Posse..... 1152
 - 7.2. Composse ou Composseção 1153
 - 7.3. Posse Justa *Versus* Posse Injusta. Vícios Objetivos da Posse 1155
 - 7.4. Posse de Boa-Fé *Versus* Posse de Má-Fé. Vícios Subjetivos da Posse 1157
 - 7.4.1. Consequências da Boa-Fé e da Má-Fé da Posse (Efeitos da Posse)..... 1158
 - 7.5. Posse Nova e Posse Velha..... 1161
 - 7.6. Posse Natural e Posse Civil ou Jurídica 1162
 - 7.7. Posse *Ad Interdicta* e Posse *Ad Usucapionem*..... 1162
8. A Tutela Dinâmica ou Jurisdicional da Posse. Ações Possessórias..... 1162
 - 8.1. Uma Medida Prévia: a Legítima Defesa da Posse e o Desforço *Incontinenti*..... 1163
 - 8.2. As Possessórias em Sentido Estrito: Reintegração da Posse, Manutenção da Posse e Interdito Proibitório..... 1164
 - 8.3. Notícias Processuais sobre As Possessórias em Sentido Estrito..... 1166
 - 8.4. Ações Possessórias em Sentido Amplo 1170

CAPÍTULO III

PROPRIEDADE.....	1174
1. Breve Evolução Histórica.....	1174
2. Teorias Explicativas do Surgimento da Propriedade	1177
3. A Função Social da Propriedade	1178
4. Conceito. Afinal, o que é a Propriedade?	1182
5. Extensão e Caracteres	1185
6. Descoberta	1186
7. Modalidades.....	1187
7.1. Propriedade Resolúvel	1187
7.1.1. Propriedade Resolúvel Fiduciária	1189
7.2. Propriedade Aparente.....	1192
8. Formas de Aquisição da Propriedade Imóvel.....	1192
8.1. Acessões Naturais e Artificiais.....	1193
8.2. Aquisição pela Usucapião de Bem Imóvel.....	1197
8.3. Aquisição do Bem Imóvel pelo Registro do Título.....	1219
8.4. A Promessa de Compra e Venda de Imóvel e o Direito Real de Aquisição da Propriedade do Promitente Comprador: Compromisso Irretratável de Compra e Venda de Imóveis	1222
9. Formas de Aquisição da Propriedade Móvel (Arts. 1.260/1.274, Cc)	1231
10. A Perda da Propriedade (Arts. 1.275 e 1.276, Cc).....	1237
11. Responsabilidade Civil do Proprietário	1239
12. Aspectos Processuais: a Tutela Jurídica da Propriedade.....	1239

CAPÍTULO IV

CONDOMÍNIO	1242
1. Notas Introdutórias: Pluralidade de Sujeitos e Unicidade de Objeto	1242
1.1. Espécies ou Modalidades de Condomínio	1244
1.1.1. Condomínio Geral (Comum ou Tradicional). Modalidade Voluntária	1245
1.1.2. Condomínio Edifício ou por Unidades Autônomas	1254
1.1.3. Condomínio de Lotes	1274
1.1.4. O Time-Sharing ou a Multipropriedade Imobiliária.....	1277
1.1.5. O Fundo de Investimento.....	1284

CAPÍTULO V

DIREITO DE VIZINHANÇA	1286
1. Visão Geral do Direito de Vizinhança no Código Civil	1286

2.	Conceito do Direito de Vizinhança	1289
2.1.	A Vedação ao Uso Anormal da Propriedade.....	1290
2.2.	Árvores Limítrofes.....	1292
2.3.	Passagem Forçada e Passagem de Cabos e Tubulações.....	1293
2.4.	Das Águas	1296
2.5.	Dos Limites Entre Os Prédios: Direito de Tapagem.....	1300
2.6.	Direito de Construir	1303

CAPÍTULO VI

DIREITOS REAIS DE GOZO E FRUIÇÃO NA COISA ALHEIA 1306

1.	Nota Introdutória.....	1306
2.	Do Direito de Superfície.....	1307
3.	Do Direito Real de Laje.....	1312
4.	Das Servidões	1316
4.1.	Classificação das Servidões	1317
4.2.	Forma de Constituição das Servidões	1319
4.3.	Do Exercício das Servidões.....	1320
4.4.	Da Extinção das Servidões.....	1321
5.	Do Usufruto.....	1322
5.1.	Formas de Constituição.....	1323
5.2.	Características do Usufruto	1325
5.3.	Direitos e Deveres do Usufrutuário	1326
5.4.	Usufruto de Título de Crédito.....	1329
5.5.	Usufruto sobre Rebanho	1329
5.6.	A Extinção do Usufruto	1329
6.	Do Uso	1332
7.	Da Habitação	1333

CAPÍTULO VII

DIREITOS REAIS DE GARANTIA 1337

1.	Noções Introdutórias. Teoria Geral.....	1337
2.	Caracteres dos Direitos Reais de Garantia.....	1338
3.	Requisitos dos Direitos Reais de Garantia.....	1341
4.	Princípios Específicos dos Direitos Reais de Garantia	1343
5.	Do Penhor.....	1344

5.1.	Direitos do Credor Pignoratício	1346
5.2.	Deveres do Credor Pignoratício.....	1347
5.3.	Modalidades de Penhor Especiais	1349
5.3.1.	Penhor Rural	1349
5.3.2.	Penhor Industrial e Mercantil	1352
5.3.3.	Penhor de Direitos e Títulos de Créditos.....	1353
5.3.4.	Penhor de Veículos.....	1355
5.3.5.	Penhor Legal.....	1357
5.4.	Da Extinção do Penhor	1359
6.	Hipoteca	1360
6.1.	Modalidades de Hipoteca.....	1363
6.1.1.	Hipoteca Convencional	1363
6.1.2.	Hipoteca Legal.....	1364
6.1.3.	Hipoteca Judiciária	1365
6.1.4.	Hipotecas Especiais de Navios e Aeronaves	1365
6.1.5.	Hipoteca Cedular	1366
6.2.	Remição da Hipoteca	1366
6.3.	Extinção da Hipoteca	1367
7.	Anticrese	1367

PARTE VII

FAMÍLIAS

CAPÍTULO I		
INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS FAMÍLIAS		1370
1.	Conceito Dinamizado pela Perspectiva Histórico-Axiológica	1370
1.1.	Qual a Natureza Jurídica da Família? Seria Pessoa Jurídica?	1372
2.	A Família e a Teoria da Irradiação. a Constitucionalização do Direito das Famílias	1373
2.1.	O Direito de Família, As Constituições e Os Códigos	1375
3.	Princípios do Direito das Famílias	1377
3.1.	Afetividade.....	1380
3.1.1.	Teoria do Desamor ou a Tese do Abandono Paterno Filial.....	1383
3.1.2.	Repercussões Infraconstitucionais do Princípio do Afeto. em Especial: a Síndrome da Alienação Parental	1386
3.2.	Pluralismo das Entidades Familiares	1390
3.3.	Solidariedade Familiar	1394

3.4.	Igualdade Entre Os Consortes.....	1395
3.5.	Melhor Interesse.....	1398
3.6.	Proteção ao Idoso.....	1401
3.7.	Isonomia Filial.....	1403
3.8.	Facilitação da Dissolução do Casamento.....	1403
3.9.	Facilitação da Conversão da União Estável em Casamento.....	1405
3.10.	Planejamento Familiar e Paternidade Responsável.....	1407
3.11.	Monogamia: Princípio Familiarista?.....	1409
3.12.	Intervenção Mínima.....	1411
3.13.	A Função Social da Família.....	1413
3.14.	Um Novo Código de Processo Civil e o Processo das Famílias.....	1415

CAPÍTULO II

CASAMENTO..... 1418

1.	Notas Históricas, Natureza Jurídica e Conceito.....	1418
1.1.	Corrente Publicista.....	1420
1.2.	Corrente Privatista.....	1421
1.2.1.	Corrente Contratualista.....	1421
1.2.2.	Corrente Institucionalista.....	1422
1.2.3.	Corrente Mista ou Eclética.....	1422
1.2.4.	Corrente do Ato-Condição.....	1422
1.2.5.	Conclusões.....	1423
2.	Modalidades (Espécies) de Casamento.....	1424
2.1.	Modalidades Gerais, Comuns ou Típicas.....	1424
2.1.1.	Casamento Civil.....	1424
2.1.2.	Casamento Religioso Com Efeito Civil.....	1425
2.2.	Modalidades Especiais, Incomuns ou Atípicas.....	1427
2.2.1.	Casamento por Procuração.....	1427
2.2.2.	Casamento Nuncupativo.....	1429
2.2.3.	Casamento Com Moléstia Grave.....	1430
2.2.4.	Casamento Celebrado Fora do País.....	1431
2.2.4.1.	Casamento Celebrado Fora do País por Autoridade Brasileira.....	1431
2.2.4.2.	Casamento Celebrado Fora do País por Autoridade Estrangeira.....	1431
3.	Promessa de Casamento ou Esponsais.....	1433
4.	Princípios Específicos do Casamento.....	1434
4.1.	Princípio da Comunhão Plena de Vida.....	1434

4.2.	Princípio da Monogamia.....	1434
4.3.	Princípio da Livre União	1435
5.	Finalidade do Casamento	1436
6.	A Existência do Casamento	1437
7.	Da Validade do Casamento. Capacidade Para Casar (Capacidade Núbil).....	1439
8.	Habilitação Para o Casamento.....	1442
8.1.	O Incidente da Oposição ao Pedido de Habilitação.....	1444
8.2.	Impedimentos Matrimoniais	1445
8.3.	Causas Suspensivas.....	1447
9.	Celebração do Casamento	1448
10.	Prova do Casamento.....	1449
11.	Casamento Nulo	1450
12.	Casamento Anulável.....	1451
13.	Plano da Eficácia (Efeitos do Casamento).....	1455
13.1.	Eficácia Social	1455
13.2.	Eficácia Pessoal.....	1457
13.3.	Eficácia Patrimonial: Regime de Bens.....	1459
13.4.	Espécies de Regime de Bens	1471
13.5.	Doações Antenupciais	1483
14.	Vênia ou Outorga Conjugal.....	1484
15.	Extinção do Casamento: Até que a Morte Os Separe?.....	1489
15.1.	A Separação.....	1491
15.2.	Divórcio.....	1502

CAPÍTULO III

DIREITO CONVIVENCIAL.....	1507	
1.	Recorte Metodológico	1507
2.	Concubinato Versus União Estável	1507
2.1.	O Antigo Concubinato Puro e a Atual União Estável.....	1508
2.1.1.	Deveres Pessoais Na União Estável.....	1512
2.1.2.	Deveres Patrimoniais Na União Estável. o Regime de Bens. Contrato de Convivência, Contrato de Namoro e Declaração de União Estável	1513
2.2.	O Concubinato (Impuro)	1523
2.2.1.	A Tutela Jurisdicional das Relações Concubinárias: o que Fazer Com Os Concubinatos e As Famílias Paralelas? Teses Doutrinárias e Jurisprudenciais	1524
2.2.2.	Novos Rumos à Tutela Jurisdicional das Relações Concubinárias. a União Estável Putativa e o Concubinato Consentido.....	1530

CAPÍTULO IV

PARENTESCO.....	1535
1. O Parentesco Sob a Lente da Constituição Federal	1535
2. O Conceito de Parentesco e a Importância do Assunto.....	1537
3. Vínculo Parental: Linhas e Graus. Modalidades.....	1540
4. Filiação.....	1545
4.1. Gestação de Útero Alheio.....	1546
4.1.1. O Caso “Baby M” – New Jersey (Eua).....	1548
4.1.2. A Pluriparentalidade ou Multiparentalidade: Teoria Tridimensional da Filiação.....	1549
4.2. Sistema de Presunção de Filiação.....	1550
4.3. Investigação de Paternidade.....	1560
4.3.1. Competência Para Processar e Julgar a Ação de Investigação de Paternidade	1563
4.3.2. A Questão dos Alimentos Ante a Investigação de Paternidade.....	1564
4.3.3. O Exame do Dna e a Investigação de Paternidade.....	1566
4.3.4. O Procedimento Administrativo de Averiguação Oficiosa	1568
4.3.5. Litisconsórcio Passivo Facultativo e a Exceptio Plurium Concubentium (Exceção de Múltiplos Relacionamentos). Questões Processuais	1570
4.3.6. Prova Ilícita: Art. 5º, Inciso Lvi, da Constituição	1571
4.3.7. Coisa Julgada Na Ação de Investigação de Paternidade	1572
4.4. O Parto Anônimo	1576
4.5. Ação Contestatória ou Negatória de Paternidade.....	1577
5. A Socioafetividade e a Filiação	1579
6. Reconhecimento de Filhos Extraconjugais ou Extraconvivenciais. Reconhecimento Voluntário de Filiação. a Perfilhação	1582

CAPÍTULO V

ALIMENTOS.....	1585
1. Recorte Epistemológico	1585
2. Os Alimentos, a Solidariedade Familiar e a Dignidade Humana	1585
3. Sujeitos Obrigados	1587
4. Conceito, Caracteres e Natureza Jurídica	1590
4.1. Caráter Personalíssimo	1591
4.2. Irrenunciabilidade.....	1593
4.3. Atualidade.....	1596
4.4. Futuridade ou Irretroatividade	1598

4.5.	A Imprescritibilidade.....	1598
4.6.	A Intransmissibilidade.....	1600
4.7.	A Subsidiariedade.....	1602
4.8.	Irrepetibilidade.....	1603
4.9.	Incompensabilidade.....	1606
4.10.	Impenhorabilidade.....	1607
4.11.	Reciprocidade.....	1607
5.	Obrigação Alimentar e Dever Assistencial Alimentar.....	1608
6.	Alimentos Na Conjugalidade e Na União Estável: Assistência Mútua x Alimentos. Os Alimentos Transitórios e Os Alimentos Compensatórios.....	1608
6.1.	Alimentos Para Depois do Divórcio.....	1617
7.	Alimentos Entre Parentes.....	1618
8.	Classificação dos Alimentos.....	1623
8.1.	Quanto à Origem.....	1623
8.2.	Quanto à Extensão.....	1626
8.3.	Quanto à Finalidade.....	1627
9.	Aspectos Processuais sobre Alimentos: Breves Notas.....	1629

CAPÍTULO VI

PODER FAMILIAR, GUARDA, TUTELA E CURATELA.....	1636	
1.	Nota Explicativa.....	1636
2.	Do Poder Familiar.....	1636
2.1.	Disposições Gerais.....	1637
2.2.	O Exercício do Poder Familiar e o Seu Conteúdo.....	1639
2.3.	Do Usufruto Legal e da Administração dos Bens.....	1640
2.4.	A Suspensão e a Extinção do Poder Familiar.....	1641
3.	Guarda.....	1643
4.	Tutela.....	1648
5.	Curatela.....	1655
5.1.	A Tomada da Decisão Apoiada e Os Impactos do Estatuto da Pessoa Com Deficiência sobre o Código Civil.....	1663

CAPÍTULO VII

BEM DE FAMÍLIA.....	1665	
1.	Histórico.....	1665
2.	Conceito e Natureza Jurídica.....	1667

3.	O Sistema Dualista Brasileiro	1668
3.1.	Bem de Família Legal, Cogente, Involuntário ou Obrigatório	1669
3.2.	Bem de Família Convencional, Não Cogente, Voluntário ou Facultativo.....	1680

PARTE VIII

SUCESSÕES

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO SUCESSÓRIO 1686

1.	O Significado da Expressão Direito Sucessório	1686
2.	O Conteúdo do Direito Hereditário.....	1687
3.	Pressupostos do Direito Hereditário	1688
4.	O Fundamento do Direito Sucessório	1689
5.	Algumas Situações nas Quais Os Problemas Hereditários Serão Resolvidos por Preceitos Específicos.....	1691
6.	Natureza Jurídica da Herança: Indivisibilidade da Herança e Juízo Universal.....	1692
7.	As Pessoas Jurídicas de Direito Público e o Direito Hereditário.....	1694
8.	O Pacto de Corvina.....	1695
9.	Princípios Específicos do Direito Hereditário	1696
9.1.	Princípio da Saisine ou Droit Saisine.....	1698
9.2.	Princípio da Coexistência	1699
9.3.	Princípio da Intangibilidade da Legítima.....	1700
9.4.	<i>Tempus Regit Actum</i>	1701
10.	Conceitos Fundamentais	1702

CAPÍTULO II

DA SUCESSÃO EM GERAL 1705

1.	Modalidades de Sucessão	1705
2.	O Juízo Competente Para Abertura do Inventário	1706
3.	Capacidade e Legitimação Para Suceder.....	1710
4.	Dos Excluídos da Sucessão por Indignidade.....	1714
4.1.	A Necessidade de Sentença Judicial	1715
4.2.	Causas de Exclusão por Indignidade.....	1716
4.3.	Efeitos da Indignidade.....	1717
4.4.	A Reabilitação do Indigno.....	1718

5.	Aceitação ou Adição da Herança.....	1718
5.1.	Modalidades de Aceitação	1719
5.2.	O Conteúdo da Aceitação	1721
6.	Renúncia da Herança	1722
7.	Cessão da Herança ou Cessão de Direitos Hereditários.....	1725
8.	Herança Jacente e Herança Vacante	1728
8.1.	Natureza Jurídica.....	1729
8.2.	Casos de Jacência	1729
8.3.	O Procedimento da Jacência e Os Prazos dos Editais.....	1730
8.4.	A Vacância	1730
8.5.	Natureza Jurídica da Sentença de Vacância.....	1731

CAPÍTULO III

DA SUCESSÃO LEGÍTIMA..... 1733

1.	Ordem de Vocação Hereditária.....	1733
2.	Sucessão Na Descendência.....	1735
3.	Direito de Representação.....	1737
3.1.	Requisitos do Direito de Representação.....	1739
4.	Os Casos em que o Cônjuge Concorre Com Os Descendentes.....	1740
5.	Sucessão dos Ascendentes	1744
6.	Sucessão do Cônjuge	1746
6.1.	O Art. 1.830 e a Separação Há Mais de Dois Anos.....	1746
6.2.	O Direito Real de Habitação.....	1748
6.3.	O Piso Hereditário Mínimo do Cônjuge Residual.....	1751
7.	Sucessão dos Colaterais.....	1752
8.	O Código Civil e a Sucessão Na União Estável.....	1753
8.1.	A Concorrência Sucessória Simultânea do Companheiro e do Cônjuge Sobrevivente	1754
8.2.	O Direito de Habitação Na União Estável.....	1755

CAPÍTULO IV

DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA 1756

1.	Do Testamento em Geral.....	1756
1.1.	Capacidade Testamentária	1759
2.	Formas Ordinárias, Comuns ou Vulgares de Testamento	1760
2.1.	Testamento Público.....	1762

2.2.	Testamento Cerrado, Secreto ou Místico	1764
2.3.	Testamento Particular ou Hológrafo.....	1765
3.	Dos Codicilos.....	1767
4.	Dos Testamentos Especiais: Formas Especiais de Testamento	1768
5.	Das Disposições Testamentárias.....	1769
6.	Dos Legados.....	1772
6.1.	Dos Efeitos do Legado e Seu Pagamento	1776
6.2.	Dos Frutos e dos Juros da Coisa Legada	1777
6.3.	Do Legado de Renda ou Pensão Periódica	1777
6.4.	Da Caducidade dos Legados.....	1778
7.	Do Direito de Acrescer e dos Rateios.....	1779
8.	Das Substituições	1781
9.	Deserdação	1785
10.	Da Redução das Disposições Testamentárias.....	1786
11.	Da Revogação do Testamento.....	1787
12.	Do Rompimento do Testamento	1788
13.	Do Testamenteiro Carlos Roberto Gonçalves Afirma que o Testamenteiro “É o Executor do Testamento. é a Pessoa Encarregada de Cumprir As Disposições de Última Vontade” ..	1789
14.	Dos Sonegados	1791
15.	Da Colação	1794
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		1799